



Índice

- 01** [Audiência debate violência contra grupos indígenas durante a ditadura](#)
- 02** [Carta Aberta do Conselho do Povo Terena - Terra Indígena Buriti](#)
- 03** [Manifesto dos Povos Indígenas de Roraima contra a posição do Governo Dilma](#)
- 04** [Exploração de madeira em reserva indígena gera danos de R\\$ 1 bilhão](#)
- 05** [Indígenas Terena resistem no Mato Grosso do Sul](#)
- 06** [Postos de saúde estão precários em reservas indígenas em MS, diz MPF](#)
- 07** [Indígenas cobram criação de universidade em aldeia, no Amazonas](#)
- 08** [Cultura indígena é tema de livro a ser lançado pela UEPA, em Belém](#)
- 09** [Projeto garante alimentação e renda para comunidades quilombolas](#)
- 10** [Quilombo acata recomendação do MPSC e anula licitação](#)
- 11** [Evento reúne cerca de 300 representantes de comunidades ciganas de 19 estados e do Distrito Federal](#)



Audiência debate violência contra grupos indígenas durante a ditadura

SÍTIO G1, 21.05.2013

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) realiza audiência pública amanhã (22), às 9h, com o objetivo de debater o documento conhecido como Relatório Figueiredo, que denuncia a violência contra indígenas praticada por agentes públicos e privados nos anos 1960, e seus reflexos na atual situação indígena no Brasil. A realização da audiência atende a requerimento dos senadores Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) e Ana Rita (PT-ES).

Para o debate, estão convidados a presidenta da Fundação Nacional do Índio (Funai), Marta Maria do Amaral Azevedo, e o secretário-geral do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), Cleber Buzatto. A representante da Comissão Nacional da Verdade Maria Rita Khel, o jornalista Felipe Canedo e a antropóloga Patrícia de Mendonça Rodrigues também estão entre os convidados.

Completa a lista de debatedores o vice-presidente do grupo Tortura Nunca Mais-SP, Marcelo Zelic, um dos pesquisadores que descobriram o relatório há cerca de um mês no Museu do Índio, no Rio de Janeiro.

Horrores

O Relatório Figueiredo, que foi dado como desaparecido por mais de 40 anos, tem cerca de 7 mil páginas. Ficou conhecido assim por conta do procurador Jáder de Figueiredo Correia, que redigiu o documento no final dos anos 60, a pedido do então ministro do Interior, o general Albuquerque de Lima.

A elaboração do texto ocorreu depois da expedição iniciada por Figueiredo em 1967, para avaliar as denúncias contra a atuação do Serviço de Proteção aos Índios (SPI), sucedido mais tarde pela Funai. Foram percorridos mais de 16 mil quilômetros em 18 estados, e vistoriados mais de 130 postos indígenas.

Em pronunciamento no Plenário no dia 2 de maio, o senador Randolfe Rodrigues disse que o relatório narra horrores comparáveis aos praticados pela máquina de guerra nazista. Entre as atrocidades descritas estão diversos tipos de tortura, como a trituração de tornozelos de índios, caçadas humanas com metralhadoras, doações de açúcar com veneno e até matança de tribos inteiras.

“Vejam que horrores! Práticas de tortura contra crianças indígenas, extermínio de povos inteiros, denúncia de execuções sumárias, atuação de agentes do Estado brasileiro como cúmplices de latifundiários. Tudo isso só mostra o nível de prática horrenda que ocorreu durante o período da ditadura”, disse o senador.



Boletim de Notícias - Edição nº 086 / 2013

Brasília, 22 de maio de 2013.

Carta Aberta do Conselho do Povo Terena - Terra Indígena Buriti

SÍTIO CIMI, 21.05.2013

Nós, Povo Terena, viemos a público esclarecer que desde a semana passada estamos retomando nossos territórios tradicionais, que até o momento esteve nas mãos dos proprietários de fazendas que nos confinam. Já reocupamos a fazenda Buriti, a fazenda Cambará, a fazenda Santa Helena e a sede da fazenda Querência São José, todas incidentes sobre nosso território.

Desqualificamos todos os argumentos contrários aos nossos direitos e a nossa autonomia, que tem por objetivo deslegitimar nossa luta pela terra, afirmando que estamos sendo manipulados e motivados por terceiros a retomarmos o que é nosso.

Somos povos indígenas e temos nossa autonomia e organização própria reconhecida pela Constituição Federal.

Repudiamos os atos da Polícia Federal, que não agiu de forma imparcial, usando como pano de fundo o velho discurso adotado pelos fazendeiros de que terceiros nos incitam a reocuparmos nossos territórios tradicionais, num nítido gesto de apoio aos ruralistas.

Ademais, denunciemos ato ilegal do Delegado Federal Alcídio de Souza Araújo, que de forma injustificada e arbitrária apreendeu equipamentos do Jornalista Ruy Sposati, configurando um grave atentado à liberdade de imprensa e aos princípios do atual Estado democrático de direito.

Por fim, nós Povo Terena, reafirmamos que estamos unidos em prol de nossos direitos territoriais e que iremos reocupar todos os nossos territórios tradicionais. Somos um povo autônomo, temos nossas próprias lideranças tradicionais constituídas e tomamos nossas próprias decisões.

Terra Indígena Buriti, 21 de maio de 2013.

Povo Terena!

Povo que se levanta!



Manifesto dos Povos Indígenas de Roraima contra a posição do Governo Dilma
SÍTIO CIMI, 21.05.2013

O Conselho Indígena de Roraima - CIR, organização dos povos Macuxi, Wapichana, Ingaricó, Taurepang, Patamona, Saporá, Wai-Wai, Yanomami, Yekuana e Waimiri-Atroari do Estado de Roraima - Brasil, vem manifestar seu sentimento de revolta sobre a posição anti direitos humanos do governo da Presidenta Dilma, que cedeu à pressão contínua da bancada ruralista ordenando a Ministra da Casa Civil e Ministro da Justiça a paralisação imediata de qualquer processo demarcatório de terras indígenas no Brasil. E permitiu na sua proposta de governo a inclusão em massa de órgãos do agronegócio como a Embrapa, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, o Ministério do Desenvolvimento Agrário, o Ministério das Cidades, entre outros órgãos de interesse do governo para tratar sobre questões indígenas. Eis a pergunta, que exemplo e experiência constitucional têm os órgãos do agronegócio sobre os direitos indígenas, se há pouco tempo, na luta deles contra a Raposa Serra do Sol afirmaram publicamente de que a Funai - MJ é culpada de dar tanta terra para índio?

É contraditório ver a posição do Governo Brasileiro, ao apresentar para a comunidade internacional a defesa e garantia dos direitos humanos, enquanto é notório o desrespeito total aos direitos dos Povos Indígenas. O território tradicional indígena tem sido frequentemente invadido por plantações irregulares de arroz, garimpeiros, fazendeiros, provocando a morte da Mãe Terra, atingindo de forma mais cruel a vida das comunidades indígenas que há séculos vivem e usufruem de forma saudável os recursos naturais. A natureza tem o elo com a vida indígena, pois proporciona um futuro digno aos seus filhos e filhas. Sem a garantia da Terra, os povos indígenas estão sujeitos ao genocídio em pleno século XXI, que começou há 513 anos atrás.

A vida é um direito sagrado e universal de todos, assim como o acesso ao território digno e saudável para manter a sobrevivência e viver de acordo com os costumes e tradições, pois a casa indígena vai além de moradia fixa, estando nos rios, nas matas, nos igarapés, nas serras. A Presidenta Dilma deve respeitar, pois o desenvolvimento não pode ser feito a custa do sofrimento dos povos indígenas. O slogan do governo brasileiro atual afirma que "país rico é país sem pobreza", portanto a riqueza está na imensa diversidade cultural, socioambiental, territorial e socioeconômica. E a pobreza está na invasão e falta de garantia de terras indígenas, violação dos direitos humanos,

Violência contra a vida dos povos indígenas e destruição do meio ambiente e de todos os recursos naturais nela existentes. Os povos indígenas solicitam nada mais do que o cumprimento da Constituição Federal, o respeito às diferenças culturais, e acima de tudo a Vida. Na vinda do ex-presidente Lula à Terra Indígena Raposa Serra do Sol no ano de 2010, naquele momento ficou claro na sua fala que: "Muito ainda precisa ser feito para reparar as injustiças cometidas contra os povos indígenas, desde o ano de 1500". Com a entrada do governo Dilma, o povo estava otimista, acreditando no avanço na defesa dos direitos dos povos indígenas, pois é uma mulher e mãe, que usando do seu instinto maternal defenderia seus filhos(as) brasileiros independente de raça, cor, credo, religião e formas de viver.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 086 / 2013

Brasília, 22 de maio de 2013.

A esperança de dias melhores afundou num grande vazio de decepção, e agora permeia a incerteza da paz tomada pela crueldade que atinge diariamente todos os povos indígenas do Brasil. De um lado a ganância e poder do agronegócio, que usa de todos os meios para dizimar vidas, destruir famílias, apenas em prol de um desenvolvimento sujo. Onde o poder do dinheiro é mais valioso que o direito da vida de uma criança indígena.

Os povos indígenas são originalmente brasileiros, e cada palmo de seu território significa vida. Permitir o funcionamento da PEC 215, Lei de Mineração sem consulta, arquivamento do Estatuto dos Povos Indígenas, Portaria 303 da AGU, as condicionantes maléficas do STF, construção de hidrelétricas a custo de sangue indígena, e outros atos que violam os direitos humanos é um ato de Genocídio.

Os povos indígenas têm projetos de desenvolvimento para sustentar a grande nação brasileira, voltados na prática correta sem agredir o território e o meio ambiente. O agronegócio não é a solução para acabar com a pobreza brasileira e os povos indígenas demonstram o exemplo eficiente de enfrentar esse mal social, mas que o governo fecha os olhos e ouvidos a essa proposta, e sequer arrisca um diálogo.

O Brasil é um país rico e precisa manter essa riqueza internamente com participação de todos os brasileiros. Enquanto os ditos países do primeiro mundo industrializado vivem sem ar puro devido à ganância por dinheiro e poder, o governo brasileiro asfixia os povos indígenas. Não adianta o Brasil ser considerado o pulmão do mundo a custo do sangue e vida dos povos indígenas.

Queremos que a senhora presidenta do Brasil Dilma Rousseff respeite e reconheça todos os povos indígenas pelas conquistas de direitos alcançados até os dias atuais, e não faça mais atos de ignorância e desconhecimento sobre a questão indígena, pois terras brasileiras são terras indígenas.

Não queremos mais ficar sofrendo com tantas injustiças, sangue, mortes e falta de espaço para viver. A presidenta Dilma sabe a dor da perseguição, da tortura, pois sofreu esses tipos de violência na época da ditadura militar e sabe o tamanho da dor de uma mãe. Por isso, chega de impunidade, mortes, exclusão e desrespeito a aos nossos direitos constitucionais, brasileiro e universal.

Enquanto os monstros tentam acabar com a nossa vida, temos uma resposta - "a luta indígena não vai parar e todos nós estamos unidos".

Povos Indígenas de Roraima: A luta continua e unidos venceremos.

Roraima - Brasil, 20 de Maio de 2013.



Exploração de madeira em reserva indígena gera danos de R\$ 1 bilhão

SÍTIO G1, 21.05.2013

A Polícia Federal (PF) iniciou nesta terça-feira (21) a operação Ibira para desarticular um esquema ilegal que envolve empresários madeireiros na retirada e venda ilegal de madeira em toras da Terra Indígena do Alto Rio Guamá, sudeste do Pará. Segundo a PF, os danos ambientais causados pela prática criminosa podem ser estimados em mais de R\$ 1, 240 bilhão. Dois suspeitos foram detidos por porte ilegal de arma, mas pagaram fiança e foram liberados.

O operação conta com o apoio do Ibama e do Ministério Público federal (MPF). Com policiais trabalham na ação, que cumpre 28 mandatos de busca e apreensão na Região Metropolitana de Belém e nos municípios de Paragominas, Nova Esperança do Piriá, Santa Luzia do Pará, Altamira, Capanema no Pará, e ainda nas Cidades de São Domingos do Maranhão e no município de Anápolis, em Goiás.

A decisão da Justiça Federal de Paragominas também determinou a suspensão de qualquer autorização de desmatamento, de manejo, ou qualquer exploração semelhante concedida em favor das pessoas físicas e jurídicas que estão sendo investigadas.

A Terra Indígena do Alto Rio Guamá tem uma área total de 280 mil hectares com perímetro de 366 km², sendo caracterizada possuir um histórico de conflitos fundiários e ambientais desde a década de 70, com recorrentes enfrentamentos entre índios e os madeireiros que há muito tempo vem atuando ilegalmente na Região.

Segundo a Polícia Federal, a reserva indígena é a mais ameaçada de toda a Amazônia. Dados do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon) apontam que 90% da exploração de madeira em terra indígena, no Pará, localiza-se na Terra Indígena do Alto Rio Guamá.

As investigações tiveram início em meados do ano de 2012, quando foram detectadas práticas como o uso de créditos de madeiras obtidos em projetos de manejos aprovados de maneira fraudulenta nos órgãos ambientais, o que acabava permitindo que a madeira fosse retirada de áreas de preservação. Segundo o Ministério Público Federal do Pará, desde a criação da reserva Alto Rio Guamá, em 1945, a área Tembé é disputada por madeireiros, agricultores e até usada para plantio de maconha.

Indícios de fraude

Segundo os policiais, a grande distância entre as empresas que participavam do esquema (superior a 500km em linha reta) é um indício que a transação foi feita com repasse de créditos florestais, já que não havia infração sobre transporte do produto. Além disso, alguns veículos cadastrados nos sistemas de monitoramento da transação de produtos florestais, como o DOF e Sisflora, são considerados incompatíveis com a atividade do transporte de toras, incluindo automóveis e motocicletas - uma das motos cadastradas, inclusive, teria sido responsável pelo transporte de 10 toneladas de madeira.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 086 / 2013

Brasília, 22 de maio de 2013.

Outro fato que chamou a atenção dos investigadores foram os valores lançados nas Guias Florestais, que eram inferiores ao preço estipulado pelas portarias da Secretaria da Fazenda do Pará, o que, de acordo com a investigação, deixa clara a intenção da compra de créditos florestais para "esquentar" madeira ilegal.



Indígenas Terena resistem no Mato Grosso do Sul

SÍTIO VERMELHO, 21.05.2013

Cerca de 600 famílias Terena permanecem ocupadas na fazenda Buriti, em Sidrolândia (MS), a 70 quilômetros de Campo Grande. Os indígenas resistiram à tentativa de reintegração de posse da Polícia Federal, Tropa de Choque da Companhia Independente de Gerenciamento de Crises (Cigcoe) e Polícia Rodoviária Militar, realizada no sábado (18). A área faz parte da Terra Indígena Buriti, declarada em 2010 como de ocupação tradicional do povo Terena pelo Ministério da Justiça.

Na manhã de sábado, os indígenas retomaram a sede da fazenda, onde o proprietário Ricardo Bacha, ex-deputado estadual, estava entrincheirado. Os seguranças privados da fazenda atiraram contra os indígenas. Ninguém ficou ferido. O fazendeiro foi retirado pela Polícia Federal do local, junto com a família.

Uma comitiva de observadores externos composta pela Comissão Permanente de Assuntos Indígenas da Ordem dos Advogados do Brasil (Copai/OAB), Comissão Pastoral da Terra (CPT), Conselho Indigenista Missionário (Cimi), Ong Azul, Centro de Defesa dos Direitos Humanos (CDDH), Comitê de Defesa dos Povos Indígenas do Mato Grosso do Sul (Condepi) e Coletivo Terra Vermelha esteve no local para prestar solidariedade e coibir ilegalidades no processo de evacuação da fazenda. Em 2010, na mesma terra indígena, o Cigcoe realizou despejo da comunidade ilegalmente, sem mandado de reintegração.

Em 19 de novembro de 2009, mesmo havendo decisão judicial favorável a posse da comunidade, os indígenas foram violentamente despejados por cerca de 30 fazendeiros e 60 policiais militares. Por temerem que a história se repetisse, os Terena solicitaram a presença de uma delegação de observadores externos, no sentido de coibir possíveis violações por parte dos aparelhos de repressão do estado.

Na comitiva de observadores, o jornalista do Cimi, autor desta matéria, teve seu equipamento apreendido pelo delegado da Polícia Federal, que argumentou não conhecer a entidade, e por isso levou um computador, um gravador e um leitor de cartões USB. No vídeo abaixo, contudo, é possível observar a contradição do policial, quando este alegou desconhecer o Cimi – uma vez que ele perseguiu o jornalista justamente por ser da entidade.

Postos de saúde estão precários em reservas indígenas em MS, diz MPF

SÍTIO G1, 21.05.2013



O Ministério Público Federal (MPF) em Mato Grosso do Sul diz ter encontrado diversos problemas em postos de saúde em reservas indígenas de Dourados, a 225 km de Campo Grande. A inspeção foi feita no início de maio e, segundo o órgão, isso demonstra má aplicação do dinheiro público e demora na execução de obras de reforma nas unidades.

As visitas foram feitas em quatro postos de saúde nas aldeias Bororo e Jaguapiru. Conforme o MPF, as unidades estavam com várias irregularidades; entre elas acondicionamento de lixo hospitalar em sala de inalação, consultório sem iluminação, espaços em condições precárias de atendimento, falta de equipamentos e obras ditas como finalizadas que ainda apresentam irregularidades.

O MPF encaminhou recomendação ao município em abril, reforçando a importância da melhoria no atendimento à saúde indígena. Segundo o documento, verbas federais são repassadas ao município para aplicação nas aldeias. Em resposta, a prefeitura disse que as obras estavam em estágio de finalização. Durante as visitas em maio, o MPF encontrou apenas uma unidade em obras.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 086 / 2013

Brasília, 22 de maio de 2013.

Além dos problemas de estrutura, outro problema apontado pelo órgão é a demora na entrega de seis caminhonetes que estariam sendo licitadas para uso nas reservas.

A assessoria da prefeitura de Dourados disse ao G1 que as obras nas unidades de saúde estão em execução e que as caminhonetes já foram licitadas e a prefeitura aguarda a chegada dos veículos para encaminhá-los as reservas indígenas.

Segundo a assessoria, o MPF estabeleceu um prazo de 120 dias para a conclusão da reforma das unidades e 60 dias para a entrega das caminhonetes. Tudo isso está dentro dos prazos, de acordo com a administração municipal.



Indígenas cobram criação de universidade em aldeia, no Amazonas

SÍTIO G1, 21.05.2013

Indígenas querem a criação de uma unidade da Universidade do Estado do Amazonas (UEA) em uma das aldeias localizadas na região do Alto Solimões, composta pelos municípios de Amaturá, Atalaia do Norte, Benjamin Constant, São Paulo de Olivença, Santo Antônio do Içá, Tabatinga e Tonantins. A proposta foi feita por índios da aldeia Umariáçu, da etnia Tikuna, durante a Conferência Municipal de Educação, realizada este mês em Tabatinga, a 1.105 quilômetros de Manaus.

Segundo o presidente da Comissão de Educação, Cultura e Assuntos Indígenas da Assembleia Legislativa do Estado (ALE-AM), deputado estadual Sidney Leite, o assunto será discutido com a reitoria da UEA. "Tem-se que discutir um modelo que irá atender às demandas da região, não só com capacitação de profissionais, mas também com extensão e pesquisa. Os cursos devem atender às necessidade da população", disse o parlamentar.

Em nota, a UEA afirmou que já conta com o Centro de Estudos Superiores de Tabatinga (CSTB/UEA), que atende cerca de 1.500 alunos da população local. A universidade informou ainda que tomou ciência da situação, mas que a decisão de criar novas unidades é feita em conjunto como o Governo do Estado e atende às demandas do município. "A UEA aguarda receber a solicitação oficialmente para que seja avaliada a situação", diz trecho da nota.

Sidney Leite afirmou que os Tikunas são a etnia mais populosa da Amazônia brasileira. Segundo ele, somente no Alto Solimões, são mais de 30 mil índios. Na aldeia Umariáçu, que fica no perímetro urbano de Tabatinga, vivem cerca de 3,6 mil índios. "Na area do Alto Solimões, há toda uma demanda de profissionais, principalmente da área da saúde e biotecnologia, para atender as necessidades da população. Por se tratar de uma região do país distante e de difícil acesso, a população se vê isolada" disse o deputado ao G1.

Além de Tabatinga, outros três municípios realizaram conferências de educação: Apuí, São Gabriel da Cachoeira e Rio Preto da Eva. Até 31 de maio, mais 22 municípios devem promover o evento .



Cultura indígena é tema de livro a ser lançado pela UEPA, em Belém

SÍTIO G1, 21.05.2013

O livro "Beberagens indígenas e educação não escolar no Brasil", da professora Maria Betânia Albuquerque, docente no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Pará (Uepa), será lançado nesta quarta (22) e quinta-feira (23), a partir das 20h, no Centur, em Belém.

O livro será lançado com o selo selo Ildefonso Guimarães de Literatura, da Fundação Cultural do Pará Tancredo Neves (FCPTN). Na ocasião, serão divulgados os vencedores do Prêmio Dalcídio Jurandir de Literatura 2012 e a publicação do edital da premiação deste ano.

A obra de Maria Betânia Albuquerque analisa a prática do consumo indígena de bebidas fermentadas embriagantes como ritual cultural e educacional.

"Quando as pessoas falam em educação, pensam logo em escola. No livro, a educação é analisada a partir das beberagens indígenas, vistas como redes de saberes que perpassam o ritual de beber cauim. Várias indígenas ainda fazem isso, como um processo educativo, em que ocorre a transmissão da tradição, dos saberes da coletividade", explica a professora.

O livro "Beberagens indígenas e educação não escolar no Brasil" é uma pesquisa de natureza histórica, baseada em fontes documentais e bibliográficas, como crônicas de viagens, cartas de missionários e estudos históricos e arqueológicos. Teoricamente, a obra apoia-se nas pesquisas sobre educação como uma prática cultural e nas contribuições advindas do campo da história cultural.



Projeto garante alimentação e renda para comunidades quilombolas

SÍTIO AGENCIAPARA, 21.05.2013

Garantir uma alimentação saudável e renda para famílias de comunidades quilombolas é a proposta do projeto executado pela Secretaria de Estado de Assistência Social (Seas) e que está gerando resultados positivos em seis comunidades do município de Salvaterra, no arquipélago do Marajó.

A ação, que abrange as comunidades de Boa Vista, Caldeirão, Mangueiras, Providência, São Benedito e Siricari, visa a produção de alimentos saudáveis para o consumo próprio e a comercialização da produção excedente. O projeto foi renovado em novembro de 2012 e já apresenta grandes avanços em relação ao mesmo período do ano passado.

Nas comunidades de São Benedito, Providência e Caldeirão, 73 famílias são beneficiadas com a criação de galinha caipira e pato, peixe em tanque escavado e horta comunitária. Já nas comunidades de Boa Vista, Siricari e Mangueiras, ao todo são 67 famílias beneficiadas com a criação de galinha caipira, pato e peixe em tanque escavado.

Os avanços começam na comunidade de Providência, que construiu um novo aviário, devido a doação de mais 100 patos pela Superintendência do Sistema Penitenciário (Susipe). Já as comunidades de Siricari e São Benedito, que até o final de 2012 ainda não haviam escavado o tanque, devido as condições climáticas do local, já concluíram a escavação, e com a colaboração da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Pará (Emater), que está dando todo o apoio e consultoria às famílias, já irão iniciar a criação dos peixes.

Por fim, a comunidade de Caldeirão, onde inicialmente foram implantadas em 2011 duas hortas comunitárias, ampliou para quatro hortas, gerando um lucro de 2.500 reais por mês para 15 famílias quilombolas que integram o projeto. "Esse projeto deu uma força a mais para as famílias que trabalham na horta, pois gerou outra fonte de sobrevivência", explica o presidente da associação da comunidade de Caldeirão, Hilário de Moraes. Ainda segundo Hilário, 25% da produção são voltados para o consumo das famílias e 75% para a comercialização.

A comunidade de Mangueiras também já está comercializando o terceiro grupo de criação de galinha caipira. "Nosso lucro em média por lote vendido é de R\$ 5.250, dividido entre as 15 famílias que trabalham na unidade, mas nosso objetivo principal é expandir e manter galinhas para nosso consumo", destacou Raimundo Lima, presidente da Associação de Quilombolas de Mangueiras.

"Depois que o projeto da criação de galinhas deu certo, muitas outras famílias que não fazem parte do projeto começaram a comprar e criar galinhas para comercialização", completa. Na comunidade de Boa Vista, por exemplo, eram apenas 12 famílias que integravam o projeto na criação de pato. Agora são ao todo 34.



Quilombo acata recomendação do MPSC e anula licitação

SÍTIO UOL, 21.05.2013

O município de Quilombo acatou recomendação do Ministério Público de Santa Catarina (MPSC) e anulou Pregão Presencial para a contratação de serviços especializados para capacitação, palestras, oficinas e assessoria na área social.

A recomendação foi expedida pela Promotoria de Justiça da Comarca de Quilombo. No ofício encaminhado ao Prefeito da cidade, o Promotor de Justiça Carlos Alberto da Silva Galdino explica que a modalidade de licitação pregão presencial não é aplicável para a contratação do serviço pretendido.

De acordo com Galdino, o pregão presencial só pode ser utilizado para a contratação de bens e serviços comuns, cujo desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, conforme padrões de mercado, o que não é o caso.

Ressaltou o Promotor de Justiça, ainda, que o edital não estipula qualificação mínima dos possíveis interessados ou exige que o candidato demonstre sua qualificação, descrevendo tão somente a temática dos cursos e palestras.

"Da forma como se apresenta, está o referido instrumento se distanciando dos objetivos do procedimento público de licitação e em dissonância com os princípios da legalidade, impessoalidade, eficiência e moralidade", considerou Galdino.

Diante dos argumentos do Promotor de Justiça, o Prefeito Municipal de Quilombo acatou a recomendação e anulou o procedimento licitatório.



Evento reúne cerca de 300 representantes de comunidades ciganas de 19 estados e do Distrito Federal

SÍTIO MPF, 21.05.2013

O Procurador Federal dos Direitos do Cidadão, Aurélio Rios, e a coordenadora da 6ª Câmara do Ministério Público Federal (Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais), Deborah Duprat, participaram nesta terça-feira, 21 de maio, da solenidade de abertura da I Semana Nacional dos Povos Ciganos, que acontece de 21 a 24 de maio, em Brasília.

O evento, que reúne cerca de 300 representantes de comunidades ciganas de 19 estados e do Distrito Federal, tem como objetivo ampliar a interlocução das lideranças ciganas com o Estado brasileiro, por meio da apresentação e discussão de políticas públicas voltadas aos povos e comunidades tradicionais.

Na programação constam Plenária Nacional dos Povos Ciganos, Conferência Livre da Cultura e oficinas de acesso às políticas públicas e prestação de serviços. As atividades estão sendo acompanhadas pelas assessorias técnicas da PFDC e da 6ª Câmara e devem subsidiar a atuação do Ministério Público Federal na área.

Dados da Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC/2011) revelam que há 291 acampamentos ciganos em 21 estados brasileiros. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), há presença de pelo menos três etnias ciganas no Brasil: Calon, Rom e Sinti.

Em setembro de 2012, lideranças dos povos ciganos estiveram no Ministério Público Federal para relatar práticas de discriminação em diferentes localidades do País. Na ocasião, a PFDC ressaltou a necessidade de dar visibilidade e inserir na agenda política as questões mais urgentes dos grupos e comunidades Calon, Rom e Sinti. Nesse sentido, PFDC e 6ª CCR, em parceria com a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado, realizam a audiência pública "Direito dos Povos Ciganos". O evento reuniu representantes de órgãos públicos e lideranças ciganas para debater direito à saúde, à não discriminação, à assistência e previdência social, ao reconhecimento e valorização das expressões culturais dos povos ciganos.